



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação oral

Muitas leis de Macau não conseguem dar resposta às necessidades sociais, o que tem grave impacto no desenvolvimento económico e na melhoria da qualidade de vida da população. A sociedade deseja que o Governo melhore, quanto antes, os actuais mecanismos legislativos, elevando a eficácia legislativa e acelerando a revisão e a produção legislativas. O Governo está a empregar esforços na melhoria da situação, e estabelecendo uma comparação com o passado, é certo que a situação melhorou, porém ainda está aquém das exigências sociais. As matérias respeitantes ao regime laboral e aos direitos e interesses sociais devem ser discutidas no Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) e só são entregues à AL, para efeitos de produção legislativa, depois de as partes laboral e patronal chegarem a consenso.

Ao longo destes anos, não têm parado as opiniões sociais sobre a morosidade das discussões naquele Conselho e a impossibilidade de chegar a consensos tem impossibilitado a resolução de questões e a prorrogação contínua dos trabalhos de revisão e produção legislativas. Questiona-se então os efeitos da comunicação e coordenação daquele Conselho. Por exemplo, quanto ao “Regime de trabalho a tempo parcial”, o Governo apresentou a proposta em 2012, mas a discussão entre as partes laboral e patronal não pára mas nada avança; em 2015, o Governo apresentou 7 enquadramentos de revisão legislativa e só em finais de 2017, ao fim de cerca de dois anos, é que foram realizadas as consultas públicas sobre a revisão da “Lei das relações de trabalho” e a elaboração do “Regime de trabalho a tempo parcial”, e só em Maio do ano passado é que ficaram concluídos os respectivos relatórios de consulta. A sociedade critica a baixa eficácia do CPCS, suspeitando que o



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

mesmo adia, intencionalmente, a realização das consultas públicas.

Com o rápido desenvolvimento socioeconómico de Macau, o mercado de trabalho tem sofrido mudanças constantes. Face à insuficiência de recursos humanos, muitas pessoas entendem que o modelo de trabalho a tempo parcial pode complementar a falta de mão-de-obra no mercado de trabalho, captar os trabalhadores jovens, e permitir o ingresso no mercado de trabalho aos indivíduos que não têm condições para trabalhar a tempo inteiro, por exemplo, os idosos e as donas de casa, entre outros. Mais, o regime de trabalho a tempo parcial é já uma tendência, na nossa vizinha Hong Kong, já existe legislação para protecção dos direitos e interesses dos trabalhadores a tempo parcial, e em Taiwan, o trabalho a tempo parcial é protegido pela *Labor Standards Act*. Proteger os direitos e interesses dos trabalhadores tem sido um dos objectivos importantes do Governo da RAEM. Dificilmente se chega a consenso quando as opiniões das partes laboral e patronal são diferentes, ou até mesmo quando existem divergências, portanto, cabe ao Governo tomar a iniciativa de minimizar essas divergências.

Assim sendo, interpelo a Administração sobre o seguinte:

1. A revisão e elaboração de diplomas legais no âmbito laboral não dizem apenas respeito aos interesses dos trabalhadores, têm também a ver com a estabilidade e o desenvolvimento das empresas. O relatório de consulta sobre o regime de trabalho a tempo parcial já foi concluído em Maio do ano passado, e segundo os serviços competentes, na revisão da Lei n.º 7/2008 (Lei das relações de trabalho) e na elaboração da proposta de lei sobre o “regime de trabalho a tempo parcial” vão ser



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

ponderadas todas as opiniões recebidas. Qual é o ponto de situação dos trabalhos? Quando é que a referida proposta de lei vai ser entregue à Assembleia Legislativa? Como é que se podem salvaguardar os direitos e interesses de todas as camadas sociais?

2. No que respeita às questões relacionadas com os direitos e interesses laborais, o CPCS desempenha um papel importante na comunicação e coordenação, no entanto, já lhe foram entregues muitas leis e regulamentos para discussão e ainda não se chegou a um consenso, o que tem resultado em arrastamento dos trabalhos de revisão da lei e no surgimento de dúvidas acerca do papel do CPCS. O Governo deve rever e aumentar as atribuições e competências do CPCS, implementar um mecanismo de comunicação e elevar a sua eficiência. Como é que vai fazê-lo? Como as opiniões das partes laboral e patronal não são unânimes, o Governo deve agir, de forma activa, para reduzir as divergências, com vista a evitar que os problemas se arrastem sem fim. Como é que vai fazê-lo?

18 de Fevereiro de 2019

A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Song Pek Kei